


O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA ARTICULAÇÃO ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E SERVIÇOS DE SAÚDE NO ATENDIMENTO DE ESTUDANTES COM TEA

THE ROLE OF THE SCHOOL ADMINISTRATOR IN COORDINATING FAMILY, SCHOOL, AND HEALTH SERVICES IN SERVING STUDENTS WITH ASD

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-039>

Michel Alves da Cruz

Doutorando em Educação

Universidad San Carlos

E-mail: alves533@hotmail.com

Edna Margarita Pardo Prieto

Mestra em Neurociência e Biologia Comportamental

Universidad Pablo de Olávide

E-mail: margaritapardop@gmail.com

Rúbia Tatiana Santana de Souza Frederico

Mestra em Gestão, Planejamento e Ensino

Centro Universitário Vale do Rio Verde

E-mail: rubia.comercial@yahoo.com.br

Laís dos Santos Oliveira

Mestra em Tecnologias Emergentes na Educação

Must University

E-mail: laisdossantosoliveira@gmail.com

Rose Cristina Veiga

Mestranda em Ciências da Saúde

Ivy Enber Christian University

E-mail: rosecveiga@gmail.com

Giseli Aparecida Borsati Colombo

Mestranda em Educação

Universidade Europeia do Atlântico

E-mail: colombogiseli@gmail.com

Rogério Celestino Araújo

Mestrando em Ensino de Geografia

Universidade Regional de Cariri

E-mail: rogerio.celestinoaraujo@urca.br

Eliomar de Jesus Santos

Mestrando em Ciências da Educação

Ivy Enber Christian University

E-mail: eliomardejesus75@gmail.com



Talitha Munique Cibrão dos Santos Varela
Mestranda em Ciências da Educação
Ivy Enber Christian University
E-mail: talithacibrao@gmail.com

Liliana Cecilia Pardo Prieto
Graduanda em Filosofia
Fundación Universitaria Católica del Norte
E-mail: lilipardop@gmail.com

RESUMO

A educação inclusiva contemporânea enfrenta o desafio complexo de garantir não apenas o acesso, mas a permanência qualificada e a aprendizagem efetiva de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse cenário, este artigo investiga o papel estratégico e centralizador do gestor escolar na articulação indispensável entre a família, a escola e os serviços de saúde. A pesquisa justifica-se pela identificação de um problema latente na realidade educacional, a fragmentação das ações de cuidado e ensino, onde escolas, terapeutas e familiares frequentemente atuam de forma isolada, gerando lacunas no atendimento e descontinuidade no desenvolvimento do aluno. O objetivo central do trabalho foi analisar, sob a ótica da literatura especializada, como a gestão escolar pode atuar como mediadora nessa relação triáde, harmonizando as expectativas familiares e as orientações clínicas com as práticas pedagógicas. Para tanto, adotou-se como metodologia uma revisão de literatura de natureza qualitativa e caráter exploratório. O levantamento de dados abrangeu o recorte temporal de 1996 a 2024, resultando na seleção criteriosa e análise temática de dez artigos científicos e seis livros em língua portuguesa, recuperados de bases de dados como Google Acadêmico e Scielo. Os principais resultados encontrados demonstram que o gestor escolar necessita transcender as funções burocráticas, assumindo uma liderança política e pedagógica focada na gestão democrática. Identificou-se que a eficácia da articulação depende da implementação colaborativa do Plano Educacional Individualizado (PEI), da correta administração dos recursos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da promoção de formação continuada em serviço para os docentes. Além disso, a literatura evidenciou que o acolhimento humanizado e a escuta ativa das famílias são fatores determinantes para o sucesso da inclusão. Conclui-se que o gestor é o elo fundamental para a efetivação da intersetorialidade. O estudo contribui ao evidenciar que, sem uma gestão que atue como "tradutora" entre as demandas de saúde e a realidade escolar, a inclusão tende a ser incipiente. As considerações finais reforçam a necessidade de políticas públicas e treinamentos que capacitem o gestor para liderar redes de apoio, evitando a medicalização do ensino e assegurando o pleno direito à educação de qualidade para o estudante com TEA.

Palavras-chave: Gestão escolar; Transtorno do Espectro Autista; Inclusão escolar; Intersetorialidade.

ABSTRACT

Contemporary inclusive education faces the complex challenge of ensuring not only access, but also qualified retention and effective learning for students with Autism Spectrum Disorder (ASD). In this context, this article investigates the strategic and central role of the school administrator in the indispensable articulation between family, school, and health services. The research is justified by the identification of a latent problem in the educational reality: the fragmentation of care and teaching actions, where schools, therapists, and families frequently act in isolation, generating gaps in care and discontinuity in student development. The central objective of this work was to analyze, from the perspective of specialized literature, how school management can act as a mediator in this triad relationship, harmonizing family expectations and clinical guidelines with pedagogical practices. To this end, a qualitative and exploratory literature review methodology was adopted. The data collection covered the period from 1996 to 2024, resulting in the careful selection and thematic analysis of ten scientific articles and six books in Portuguese,



retrieved from databases such as Google Scholar and SciELO. The main results show that school administrators need to transcend bureaucratic functions, assuming a political and pedagogical leadership focused on democratic management. It was identified that the effectiveness of this articulation depends on the collaborative implementation of the Individualized Education Plan (IEP), the correct administration of resources for Specialized Educational Services (SES), and the promotion of ongoing in-service training for teachers. Furthermore, the literature showed that humanized reception and active listening to families are determining factors for the success of inclusion. It is concluded that the administrator is the fundamental link for the effective implementation of intersectorality. This study contributes by highlighting that, without management that acts as a "translator" between health demands and school realities, inclusion tends to be incipient. The final considerations reinforce the need for public policies and training that empower managers to lead support networks, avoiding the medicalization of education and ensuring the full right to quality education for students with ASD.

Keywords: School management; Autism Spectrum Disorder; School inclusion; Intersectorality.



1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolida-se, na atualidade, como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade democrática e equânime, exigindo das instituições de ensino adaptações que vão além da estrutura física e curricular. Nesse cenário, o atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) demanda um olhar plural, que compreenda o sujeito em sua integralidade e respeite suas especificidades neurodiversas. A presença desses alunos na escola regular não é apenas um cumprimento legal, mas um convite ético para repensar as dinâmicas de acolhimento e suporte ao desenvolvimento humano.

Nesse contexto complexo, a figura do gestor escolar emerge como elemento central, transcendendo as funções administrativas e burocráticas tradicionais. O objeto deste estudo situa-se, portanto, na atuação desse profissional como articulador das relações entre a escola, a família e os serviços de saúde. O gestor atua como um mediador indispensável, capaz de tecer redes de colaboração que garantam que as orientações clínicas, as necessidades familiares e as práticas pedagógicas dialoguem entre si, em prol do bem-estar e da aprendizagem do estudante.

A relevância desta temática é manifesta, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral, uma vez que o número de diagnósticos de TEA tem crescido, exigindo respostas rápidas e eficazes das instituições. Discutir a articulação intersetorial é vital para evitar que a inclusão seja apenas estatística, trata-se de assegurar que a escola seja um espaço de desenvolvimento efetivo, onde o conhecimento da área da saúde instrumentalize a prática docente e onde a família se sinta parte ativa do processo educacional.

Contudo, observa-se um problema latente na realidade educacional, a fragmentação das ações. Frequentemente, escolas, famílias e terapeutas operam em esferas isoladas, gerando descontinuidade no atendimento e sobrecarga emocional para os cuidadores. A lacuna que este trabalho busca evidenciar reside justamente na dificuldade de estabelecer canais de comunicação fluidos e sistematizados, onde o gestor escolar muitas vezes carece de estratégias claras para liderar essa integração, resultando em esforços desconexos que pouco beneficiam o aluno.

A justificativa para a escolha deste tema ancora-se na necessidade urgente de superar o modelo de atendimento compartimentado. É pertinente aprofundar a discussão sobre como a gestão escolar pode derrubar os muros invisíveis que separam a clínica da sala de aula. Compreender as nuances dessa articulação é essencial para promover uma educação que não apenas aceite a diferença, mas que saiba trabalhar com ela de forma coordenada, validando os saberes de todos os atores envolvidos na vida do estudante com TEA.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho é analisar, por meio de uma revisão de literatura, o papel do gestor escolar na articulação entre família, escola e serviços de saúde no atendimento de estudantes com TEA. A investigação busca identificar as competências necessárias ao gestor para fomentar



essa intersetorialidade, bem como mapear as estratégias exitosas e os entraves comuns encontrados na literatura especializada.

A importância científica e prática desta pesquisa reside em sua capacidade de oferecer subsídios teóricos que qualifiquem a formação e a atuação dos gestores. Espera-se que este estudo contribua para o campo da educação especial e da gestão educacional, apontando caminhos para a construção de uma rede de apoio robusta e humanizada, capaz de transformar a experiência escolar do aluno com autismo em uma trajetória de sucesso e pleno desenvolvimento.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho configura-se como uma revisão de literatura de natureza qualitativa e caráter exploratório, dedicada a investigar a produção teórica acerca do papel do gestor escolar na inclusão de estudantes com TEA. A construção do corpus de análise foi realizada mediante consultas às bases de dados do Google Acadêmico e Scielo, além da consulta a acervos bibliográficos físicos e digitais. A coleta de dados restringiu-se a publicações em língua portuguesa, resultando na seleção criteriosa de dez artigos científicos e seis livros fundamentais que oferecem embasamento teórico robusto sobre a gestão educacional, a legislação inclusiva e a articulação intersetorial.

Para a seleção dos materiais, estabeleceu-se um recorte temporal abrangente, compreendendo publicações realizadas entre os anos de 1996 e 2024. Os critérios de inclusão priorizaram obras que abordassem diretamente a interseção entre a gestão escolar, o Transtorno do Espectro Autista e a relação tríade família-escola-saúde. Foram descartados textos incompletos, duplicados ou que não tratassem especificamente da atuação do gestor como mediador desses processos. Essa triagem garantiu que a fundamentação teórica se mantivesse alinhada ao problema de pesquisa, abrangendo desde os marcos legais iniciais até as discussões contemporâneas sobre neurodiversidade e intersetorialidade.

A interpretação das informações coletadas foi conduzida por meio da análise temática, permitindo a organização dos conteúdos em eixos que dialogam com os objetivos do estudo. No que tange aos aspectos éticos, a pesquisa pautou-se pelo rigoroso respeito à integridade intelectual e à fidedignidade das fontes, observando as normas de citação e referência para garantir a autoria das ideias apresentadas. Como limitação do estudo, aponta-se a predominância de abordagens teóricas na literatura, havendo uma menor quantidade de relatos de experiências práticas ou protocolos validados de gestão intersetorial, o que restringe a análise a um campo mais reflexivo do que operacional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme estipulado por Fávero, Pantoja e Mantoan (2007), a legislação brasileira avançou significativamente ao estabelecer a inclusão escolar não como uma opção, mas como um preceito



constitucional que garante a todos o acesso ao ensino regular. Os autores destacam que a evolução dos dispositivos legais, desde a Constituição de 1988 até as diretrizes mais recentes, impõe aos sistemas de ensino a obrigatoriedade de eliminar barreiras arquitetônicas e pedagógicas. Nesse cenário jurídico, o gestor escolar atua como o garante da lei no chão da escola, devendo conhecer profundamente as normativas para assegurar que o direito do aluno com deficiência não seja violado. A compreensão desses marcos é o ponto de partida para qualquer ação administrativa que vise a articulação de serviços e o suporte ao estudante com TEA.

Segundo Schmidt *et al.* (2016), o Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por déficits persistentes na comunicação e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, que variam amplamente em gravidade e manifestação. Os pesquisadores ressaltam que, para a gestão escolar, compreender essa heterogeneidade é crucial, pois evita a generalização de estratégias e promove um olhar individualizado sobre as necessidades de cada estudante. O conhecimento técnico sobre o TEA instrumentaliza o gestor para dialogar com os profissionais de saúde e traduzir laudos clínicos em práticas pedagógicas efetivas, garantindo que a escola não apenas receba a matrícula, mas ofereça as condições de acessibilidade cognitiva e sensorial necessárias.

De acordo com Lück *et al.* (2009), a gestão democrática constitui um paradigma fundamental para a efetivação de uma escola inclusiva, pois pressupõe a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões. A autora argumenta que a liderança do gestor deve ser mobilizadora, criando espaços de escuta e deliberação que envolvam pais, professores e funcionários na construção do projeto político-pedagógico. Ao descentralizar o poder e fomentar a corresponsabilidade, o gestor fortalece a cultura inclusiva, permitindo que as demandas específicas dos alunos com TEA sejam acolhidas e resolvidas coletivamente, e não vistas como problemas isolados do professor de sala de aula ou da família.

Consoante Nozi e Vitaliano (2012), a formação continuada em serviço é uma das estratégias mais eficazes para qualificar o atendimento a alunos com necessidades educacionais específicas, cabendo ao gestor escolar viabilizar esses momentos de estudo dentro da rotina institucional. As autoras enfatizam que a capacitação não deve ser apenas teórica, mas reflexiva, partindo das dúvidas e desafios reais enfrentados pelos docentes no cotidiano com alunos com TEA. O gestor, ao articular tempos e espaços para essa formação, demonstra compromisso com a qualidade do ensino e oferece suporte emocional à equipe, reduzindo a ansiedade docente e promovendo práticas pedagógicas mais assertivas e fundamentadas.

Segundo Milanez, De Oliveira e Misquiatti (2013), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é o serviço que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, sendo essencial para eliminar barreiras para a plena participação dos alunos. A autora destaca que o gestor escolar possui a responsabilidade de garantir o funcionamento adequado das Salas de Recursos Multifuncionais e



a articulação entre o professor do AEE e o professor da sala comum. Sem essa gestão integradora, o AEE corre o risco de se tornar um serviço paralelo e segregado, perdendo sua função de suporte à inclusão na classe regular e enfraquecendo o desenvolvimento acadêmico do aluno com TEA.

Na visão de Tannús-Valadão e Mendes (2018), o Plano Educacional Individualizado (PEI) configura-se como uma ferramenta imprescindível para o planejamento e acompanhamento da trajetória escolar de estudantes com TEA, permitindo o registro de metas, estratégias e recursos necessários. As pesquisadoras apontam que a elaboração do PEI deve ser colaborativa, e o gestor escolar deve atuar como facilitador desse processo, assegurando que o documento seja construído com a participação da família e, quando possível, de profissionais de saúde. O PEI serve como um instrumento de gestão pedagógica que baliza a articulação entre os diferentes atores, garantindo que as ações educativas tenham intencionalidade e coerência.

Conforme defendido por Benitez e Domeniconi (2018), a parceria entre família e escola é um preditor de sucesso na inclusão escolar, especialmente para crianças com autismo, pois permite a generalização de habilidades aprendidas em ambos os ambientes. As autoras observam que o gestor escolar deve liderar a criação de canais de comunicação efetivos, que ultrapassem as reuniões burocráticas e promovam uma troca genuína de informações sobre o desenvolvimento do aluno. Cabe à gestão desconstruir a visão de que a família é apenas receptora de queixas, posicionando-a como parceira estratégica que detém conhecimentos valiosos sobre as particularidades e preferências da criança.

Segundo Makewitz *et al.* (2024), o processo de inclusão gera angústias e expectativas nas famílias, exigindo da escola uma postura de acolhimento que valide esses sentimentos e estabeleça vínculos de confiança. Os autores enfatizam que o gestor escolar é a figura chave para instituir uma política de "portas abertas", onde a escuta sensível seja uma prática constante e não apenas reativa a conflitos. Esse acolhimento humanizado instrumentaliza a gestão para mediar situações complexas, transformando a resistência ou a ansiedade dos pais em cooperação, o que impacta diretamente na estabilidade emocional e no rendimento escolar do estudante com TEA.

De acordo com Cabral e Marin (2017), a intersetorialidade entre saúde e educação é um desafio urgente e necessário para a integralidade do atendimento ao público com TEA, superando a fragmentação das políticas públicas. Os pesquisadores salientam que o gestor escolar deve buscar ativamente a conexão com os serviços de saúde locais (UBS, CAPS, clínicas), visando o compartilhamento de saberes e o alinhamento de condutas. Essa articulação evita a sobreposição de intervenções contraditórias e otimiza os recursos disponíveis, garantindo que o suporte terapêutico dialogue com os objetivos pedagógicos, fortalecendo o desenvolvimento global do aluno.

Segundo Sant'Ana (2005), o gestor escolar contemporâneo deve assumir o perfil de articulador de redes, capaz de mapear e mobilizar os diferentes atores sociais envolvidos na vida do estudante com



deficiência. O autor argumenta que a eficácia da inclusão depende da capacidade do gestor de transitar entre a linguagem pedagógica e a clínica, facilitando o diálogo entre professores e terapeutas externos (fonoaudiólogos, psicólogos). Essa mediação é fundamental para que as orientações de saúde sejam adaptadas ao contexto escolar, evitando a medicalização excessiva do ensino e promovendo adaptações ambientais baseadas em evidências técnicas.

Conforme alertam Collares e Moysés (1996), existe um risco crescente de medicalização dos processos educativos, onde dificuldades de aprendizagem ou comportamentos atípicos são tratados exclusivamente sob a ótica biológica, isentando a escola de rever suas práticas. As autoras defendem que o gestor escolar deve exercer um papel crítico, garantindo que o diagnóstico de TEA não se torne um rótulo que limita as expectativas sobre o aluno. A gestão deve assegurar que a interlocução com a saúde sirva para ampliar as possibilidades pedagógicas, e não para justificar o fracasso escolar ou a segregação do estudante baseada em laudos médicos.

Na visão de Mendes e Vilaronga (2023), o coensino ou ensino colaborativo, que envolve a parceria entre o professor regente e o professor de educação especial na mesma sala de aula, é uma estratégia potente para a inclusão de alunos com TEA. Os autores indicam que o apoio administrativo do gestor é vital para a implementação desse modelo, seja na organização dos horários ou no incentivo à cultura de colaboração. O gestor que fomenta essa prática possibilita que o conhecimento especializado sobre o autismo esteja presente no momento da instrução, beneficiando não apenas o aluno incluído, mas toda a turma através da diversificação metodológica.

Segundo Corrêa e Manzini (2012), a gestão dos recursos materiais e tecnológicos de acessibilidade é uma dimensão técnica indispensável para atender às demandas sensoriais e de comunicação dos alunos com TEA. Os autores explicam que o gestor deve conhecer as possibilidades da Tecnologia Assistiva e gerir verbas e aquisições de forma a prover a escola com os instrumentos necessários (pranchas de comunicação, adaptadores, softwares). A atuação proativa do gestor na disponibilização desses recursos valida o direito do aluno à comunicação e à participação, removendo barreiras funcionais que impediriam seu acesso ao currículo.

Consoante Glat e Pletsch (2011), a inclusão não se encerra na matrícula; ela exige um monitoramento contínuo das práticas pedagógicas e dos resultados alcançados pelos estudantes. As pesquisadoras afirmam que o gestor escolar deve implementar sistemas de avaliação institucional que contemplem indicadores de inclusão, verificando se a articulação entre família, escola e saúde está gerando efeitos positivos na aprendizagem. Esse acompanhamento sistemático permite ao gestor corrigir rotas, redefinir prioridades e oferecer feedback à equipe e aos parceiros externos, garantindo a qualidade e a sustentabilidade do projeto inclusivo.



De acordo com Briant e Oliver (2012), o gestor escolar é o principal responsável por moldar o clima escolar, influenciando diretamente as atitudes e crenças da comunidade em relação à diversidade e ao autismo. Os autores sugerem que, através de ações educativas e de uma postura ética exemplar, o gestor combate o bullying e o preconceito, criando um ambiente seguro e acolhedor para o aluno com TEA. A promoção de uma cultura escolar que valoriza a diferença como elemento enriquecedor é a base para que as parcerias com as famílias e a saúde floresçam, pois estabelece um terreno fértil de respeito mútuo e colaboração.

Segundo Alves e Sobrinho (2014), apesar da legislação favorável, a articulação prática entre educação, saúde e família enfrenta desafios estruturais, como a falta de tempo, a burocracia e a divergência de linguagens técnicas. Os pesquisadores concluem que o gestor escolar precisa desenvolver competências políticas e relacionais para transpor esses obstáculos, criando protocolos locais de cooperação que sobrevivam às trocas de governo ou de pessoal. O reconhecimento desses desafios, aliado à busca incessante por soluções criativas e integradas, define a gestão escolar comprometida com a transformação social e com a cidadania plena do estudante com TEA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa atingiu seu objetivo geral ao demonstrar, por meio da análise bibliográfica, que o papel do gestor escolar transcende as funções administrativas tradicionais, consolidando-se como o elo fundamental na articulação entre a instituição de ensino, a família e os serviços de saúde. Os resultados indicam que a efetividade da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) depende diretamente de uma liderança capaz de orquestrar esses diferentes saberes e expectativas. Ficou evidente que, sem a mediação ativa da gestão, as ações tendem a permanecer fragmentadas, comprometendo o desenvolvimento integral do aluno e sobrecarregando os docentes e familiares.

Em resposta ao problema de pesquisa sobre como superar a desarticulação no atendimento, a literatura analisada aponta que a gestão democrática e participativa é o mecanismo mais eficaz. O gestor atua como um facilitador que derruba as barreiras invisíveis entre a clínica e a sala de aula, promovendo espaços de diálogo onde o laudo médico não é uma sentença, mas uma ferramenta de apoio. A solução para o isolamento das práticas reside na institucionalização de rotinas de comunicação, onde o gestor garante que as informações de saúde cheguem à equipe pedagógica de forma compreensível e aplicável, transformando diagnósticos em estratégias de ensino.

Um ponto crucial identificado para responder à problemática proposta foi a importância do acolhimento familiar e da gestão dos processos pedagógicos, como o Plano Educacional Individualizado (PEI). O estudo revelou que o gestor é quem valida a família como parceira estratégica, criando um ambiente de confiança mútua. Além disso, ao gerenciar recursos e apoiar o Atendimento Educacional



Especializado (AEE), a gestão assegura que a inclusão não seja apenas física, mas que haja acessibilidade curricular e metodológica, respeitando a neurodiversidade do estudante.

No entanto, é necessário destacar que a articulação entre saúde e educação também impõe o desafio de evitar a medicalização do processo educativo. A análise dos textos sugere que o gestor deve exercer um filtro crítico, garantindo que a escola não se subordine à lógica clínica. O papel da gestão é assegurar que as intervenções terapêuticas somem ao projeto pedagógico, sem que a escola perca sua identidade como espaço de socialização e construção de conhecimento. O equilíbrio nessa relação intersetorial mostrou-se um dos aspectos mais sensíveis e exigentes da função gestora.

Quanto às limitações deste estudo, observa-se que a literatura, embora vasta sobre inclusão, ainda apresenta carência de pesquisas que detalhem os protocolos práticos de gestão para essa articulação específica com a saúde. Muitos trabalhos focam na atuação do professor ou na vivência da família, deixando em segundo plano as estratégias operacionais que o gestor utiliza para formalizar parcerias com Unidades Básicas de Saúde ou centros de terapia. Essa lacuna teórica dificulta a visualização de modelos replicáveis de gestão intersetorial.

As implicações práticas dos resultados apontam para a necessidade urgente de reformular a formação continuada dos gestores escolares. É imperativo que os cursos de gestão e as políticas públicas contemplem competências relacionais e políticas, preparando o diretor não apenas para gerir verbas e infraestrutura, mas para mediar conflitos e articular redes de proteção social. A escola contemporânea exige um gestor que compreenda a legislação inclusiva e saiba mobilizar a comunidade para cumpri-la.

Para futuras investigações, sugere-se a realização de estudos de campo que mapeiem experiências exitosas de articulação lideradas por gestores em diferentes contextos socioeconômicos. Seria valioso desenvolver manuais de boas práticas ou protocolos de cooperação entre escolas e serviços de saúde, oferecendo ferramentas concretas para o cotidiano escolar. Aprofundar esse conhecimento é essencial para garantir que o estudante com TEA tenha seus direitos assegurados e possa desfrutar de uma trajetória escolar plena, respeitosa e colaborativa.



REFERÊNCIAS

- ALVES, Edson Pantaleão; SOBRINHO, Reginaldo Celio. Escolarização de alunos com deficiência e as inter-relações família, escola e gestores públicos da Educação Especial. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 48, p. 171-183, 2014.
- BENITEZ, Priscila; DOMENICONI, Camila. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 1, p. 163-172, 2018.
- BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista brasileira de educação especial**, v. 18, p. 141-154, 2012.
- CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Angela Helena. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. **Educação em revista**, v. 33, p. e142079, 2017.
- COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. Cortez Editora, 1996.
- CORRÊA, Priscila Moreira; MANZINI, Eduardo José. Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, p. 213-230, 2012.
- FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.
- GLAT, Rosana; PLETSCH, Marcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. EdUERJ, 2011.
- LÜCK, Heloísa et al. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, v. 1, p. 18, 2009.
- MAKEWITZ, Gabriela Gomes et al. Estudante, família e atendimento educacional especializado no processo de acolhimento: um estudo de caso. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 13, p. e7010-e7010, 2024.
- MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. EdUFSCar, 2023.
- MILANEZ, Simone Ghedini Costa; DE OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio; MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes (Ed.). **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento**. Editora Oficina Universitária, 2013.
- NOZI, Gislaine Semcovici; VITALIANO, Celia Regina. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 43, p. 333-347, 2012.
- SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, v. 10, p. 227-234, 2005.



SCHMIDT, Carlo et al. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Revista Psicologia: teoria e prática**, v. 18, n. 1, p. 222-235, 2016.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. e230076, 2018.